

WEBINAR - ABRAMPA

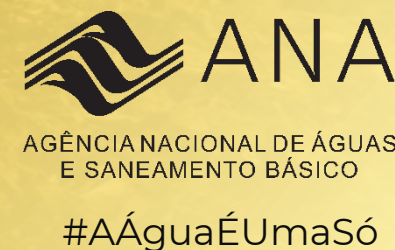
A COBRANÇA PELOS SERVIÇOS MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Marco Legal do Saneamento: Atribuições da ANA, papel dos municípios e serviços
- Diagnóstico, Problema Regulatório
- NR N° 1/ANA/2021 - cobrança pelo manejo dos resíduos sólidos urbanos (SMRSU)
- Agenda regulatória de resíduos sólidos da ANA
- NR N° 7/2024 - condições gerais para a prestação dos serviços

Paulo Henrique Monteiro Daroz, Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos



ESCOLA SUPERIOR DA
ABRAMPA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Lei N° 14.026/2020

Lei nº 14.026, 15 de julho de 2020 – “Novo” Marco legal do Saneamento

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, ... , a Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305/2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos ...

- **Lei nº 9.984/2000** - Lei de criação da ANA
- **Lei nº 11.445/2007** - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico
- **Lei nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Lei N° 11.445/2007

Art. 9º O **titular** dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: ...

II - prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, **e definir, em ambos os casos, a entidade responsável** pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

...

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: ...

III - a **existência de normas de regulação** que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, **incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização**;

...

Art. 23. ...

§ 1º A regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico **poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora,**

§ 1º-A. **Nos casos em que o titular optar por aderir a uma agência reguladora em outro Estado da Federação**, deverá ser considerada a relação de agências reguladoras de que trata o art. 4º-B da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e essa opção só poderá ocorrer nos casos em que:

I - **não exista no Estado do titular agência reguladora constituída que tenha aderido às normas de referência da ANA**;

...

Lei N° 11.445/2007

Art. 35. As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

...

*§ 2º **A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular** do serviço nos termos deste artigo, no prazo de **12 (doze) meses** de vigência desta Lei, configura **renúncia de receita** e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.*

Obs.: Prazo para proposição de instrumento de cobrança pelo titular: **15/07/2021**

Lei N° 11.445/2007

Serviços

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

*I - **saneamento básico**: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:*

...

*c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e*

...

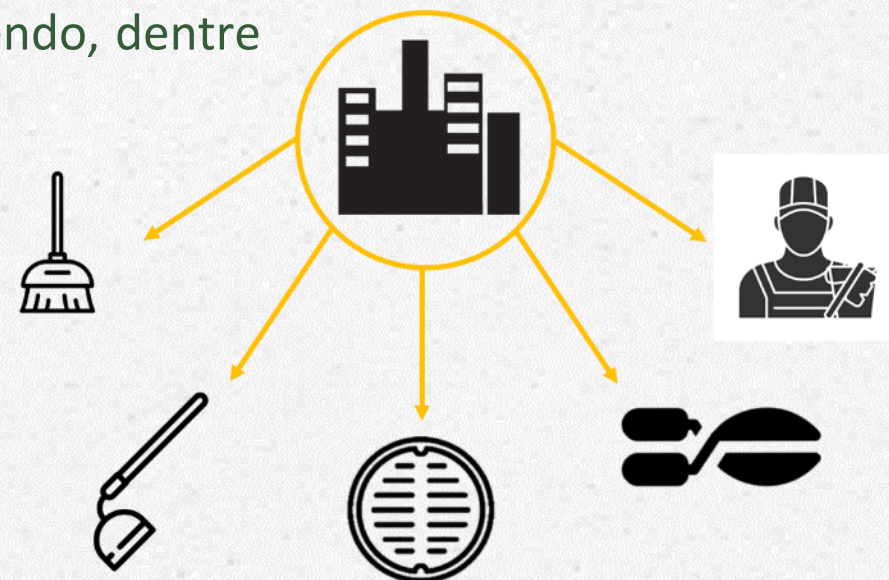
São **dois** serviços públicos de Saneamento Básico relacionados aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU):

Serviço Público de Limpeza Urbana (SLU); e

Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU).

Limpeza Urbana (SLU)

- Objetiva o asseio dos espaços públicos urbanos, compreendendo, dentre outras, as atividades de:
 - i. varrição;
 - ii. capina/raspagem;
 - iii. roçada;
 - vi. poda;
 - v. asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;
 - vi. desobstrução e limpeza de bueiros;
 - vii. feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e
 - viii. outros eventuais serviços, “como pintura de meio-fio”.
- O SLU é um serviço prestado à coletividade. É indivisível - não é possível determinar a parcela que cada usuário usufrui, portanto **não é possível a realização da cobrança** pela prestação a um usuário específico.



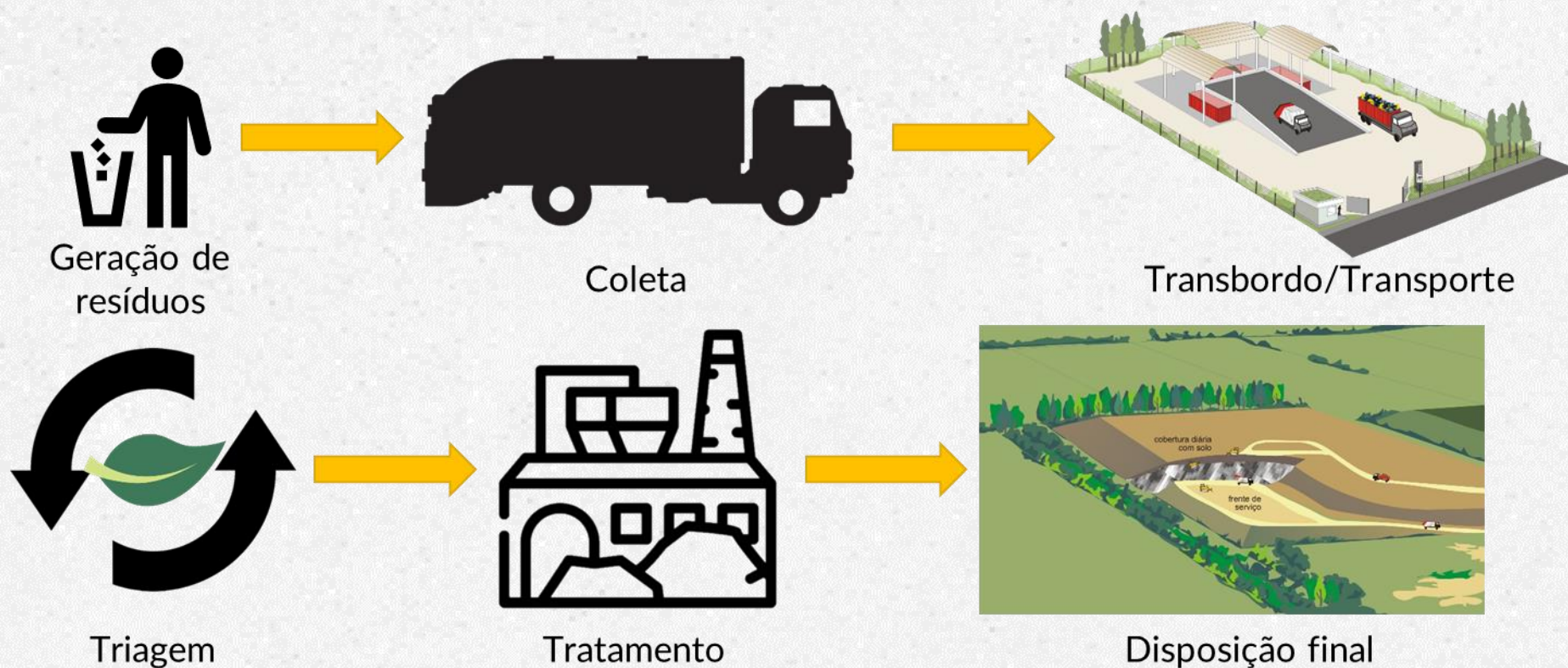
Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

- É o conjunto de atividades exercidas, direta ou indiretamente, para manejar os resíduos sólidos urbanos (RSU), por meio das etapas de:
 - i. coleta;
 - ii. transbordo;
 - iii. transporte;
 - iv. triagem, para fins de reutilização ou reciclagem;
 - v. tratamento;
 - vi. destinação final;

São considerados resíduos do SMRSU (Art. 3-C da Lei N° 11.445, de 2007):

- i. resíduos domésticos;
- ii. resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, equiparados a resíduos domésticos; e
- iii. resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana.

- Etapa do serviço público divisível, isto é, passível a mensuração da utilização pelos usuários, dessa forma é **possível a realização da cobrança**.



Diagnóstico dos serviços - SMRSU

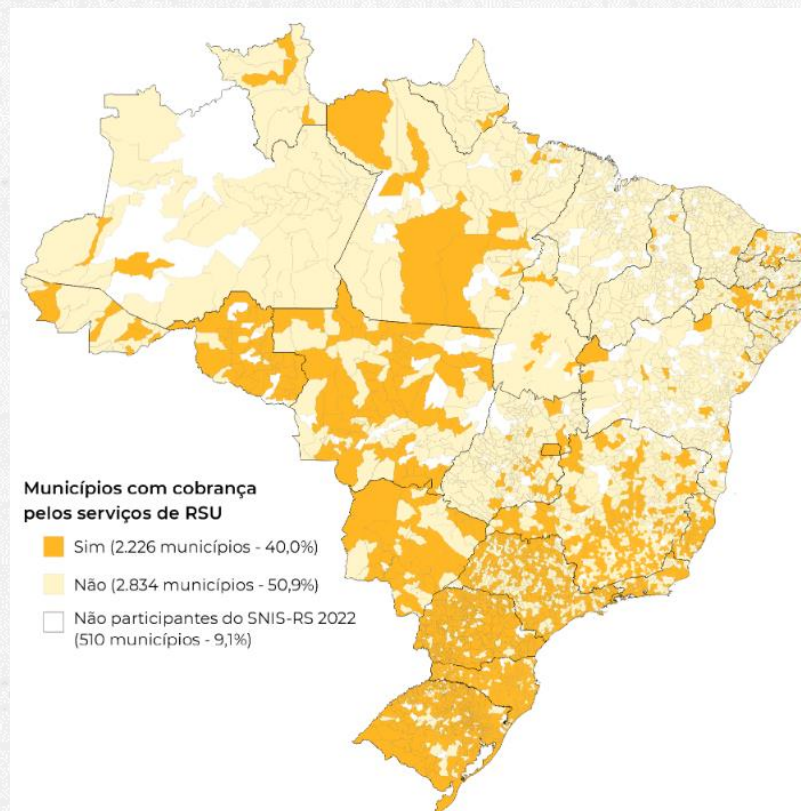
Amostra



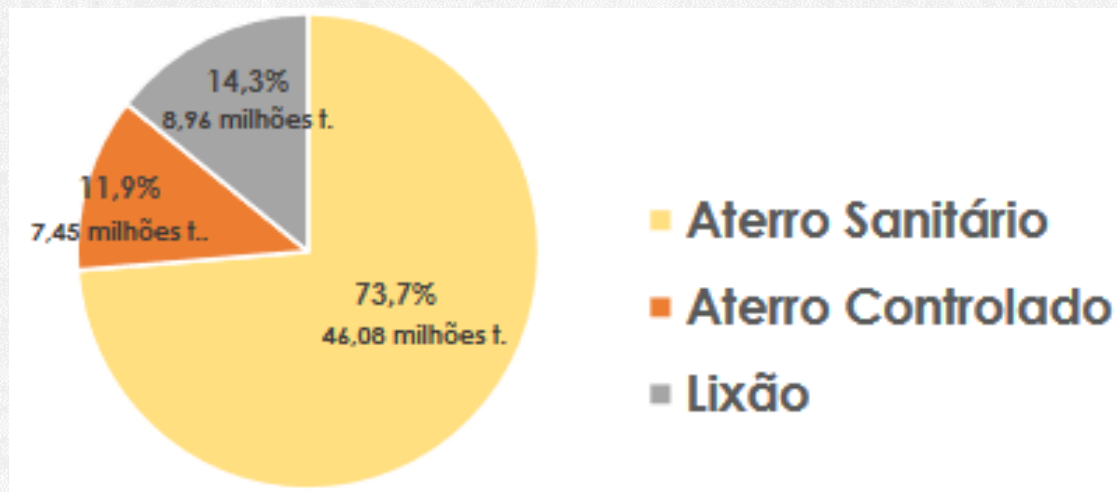
Cobrança (SMRSU)

Municípios com cobrança
2.226 ➡ 40,0 %

Custos cobertos pela cobrança
53,8 %



Disposição Final

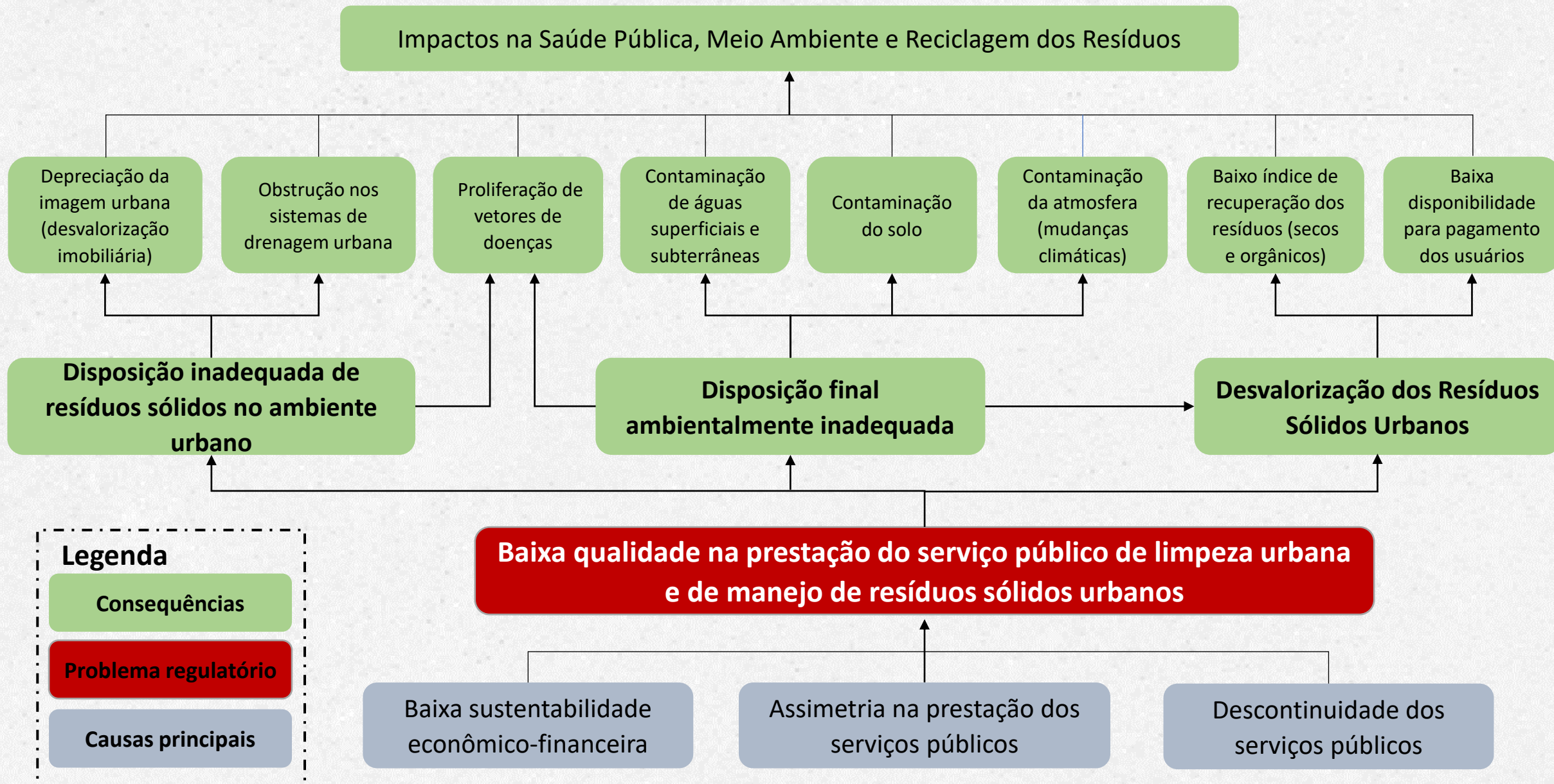


Diagnóstico dos serviços - SLU

- Diversidade de atividades da limpeza urbana com diferentes denominações:

Atividades	Municípios
Varrição	3.017
Capina/roçada	1.917
Poda de árvores	1.657
Pintura de meio-fio	1.639
Limpeza de bocas de lobo	1.481
Remoção de animais mortos	1.458
Limpeza de feiras e mercados	1.256
Coleta de resíduos volumosos	1.180
Lavação de vias e praças	1.096
Limpeza de lotes vagos	923
Limpeza de praias	221

Problema regulatório



Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021

Aprovou a **NORMA DE REFERÊNCIA N° 1/ANA/2021 (NR 1)**, que dispõe sobre o **regime, a estrutura e parâmetros de cobrança** pela prestação do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (**SMRSU**), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

(* A norma **não abrange** a cobrança pela prestação do **serviço público de limpeza urbana** - serviço indivisível.)

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/regulacao-e-fiscalizacao/normativos-e-resolucoes/resolucoes>

Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

- O serviço público compreendendo as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, englobando os:

I) resíduos **domésticos**;

II) resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade **similares** às dos resíduos domésticos, que, **por decisão do TITULAR**, sejam considerados resíduos sólidos urbanos, desde que não sejam de responsabilidade de seu gerador nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta; e

III) resíduos **originários** do Serviço Público de **Limpeza Urbana (SLU)**. [grifos nossos]

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Usuário

- *Pessoa física ou jurídica geradora efetiva ou potencial de resíduos sólidos urbanos, bem como o **Distrito Federal ou o Município**, como **gerador de resíduos originários do SLU**.*

Receita Requerida

- *RECEITA REQUERIDA é aquela suficiente para ressarcir o PRESTADOR DE SERVIÇO das despesas administrativas e dos custos eficientes de operação e manutenção (OPEX), de investimentos prudentes e necessários (CAPEX), bem como para remunerar de forma adequada o capital investido. Deve também incluir as despesas com os tributos cabíveis e com a remuneração da ENTIDADE REGULADORA DO SMRSU e **contratação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis**, quando for o caso.*

[grifos nossos]

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Instrumento de cobrança

- O INSTRUMENTO DE COBRANÇA para o **SMRSU** pode ser TARIFA (preço público) ou a TAXA (tributo);
- O valor arrecadado deverá atingir a RECEITA REQUERIDA -> **SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**;
- Cobrança tanto pela disponibilidade quanto pelo uso efetivo do serviço; e
- USUÁRIOS para os quais os serviços não são disponibilizados não estão sujeitos à cobrança.

Documento de arrecadação

- Fatura específica de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Cofaturamento com o serviço de abastecimento de água;
- Cofaturamento com outros serviços públicos; e
- Cobrança junto ao carnê ou guia do IPTU.

Parâmetros de Cobrança

- Características dos lotes e as áreas (área construída);
- Peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio;
- Consumo de água; e
- Frequência da coleta.

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Reajuste

6.2.1. O reajuste tem por finalidade a **atualização dos valores** das TARIFAS conforme índices inflacionários ou fórmulas paramétricas que busquem refletir a variação de preços dos insumos que compõem o custo do SMRSU.

6.2.2. As TARIFAS devem ser reajustadas **anualmente**, observado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, devendo-se adotar:

I) o **índice ou fórmula paramétrica de reajuste**, a data base e o prazo prévio de divulgação previstos **no contrato de concessão**, quando existente; ou

II) para o caso da prestação pela administração direta, por autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista controlados pelo TITULAR, **pode ser adotado o IPCA ou fórmula paramétrica estabelecida pela ENTIDADE REGULADORA DO SMRSU**, composta tanto por índices inflacionários que reflitam a composição de custos da prestação de serviços e, quando couber, indicadores de eficiência e qualidade da prestação

...

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Revisão

A revisão tarifária pode ser **periódica** ou **extraordinária**.

6.3.1. Revisão periódica

6.3.1.1. A revisão periódica é o processo de **reavaliação ampla das condições de prestação dos serviços**, com o objetivo de garantir a distribuição dos ganhos de produtividade e a **SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** da prestação, em caso de prestação por órgão ou entidade da Administração Pública, e a **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, em caso de prestação mediante contrato de concessão.

6.3.1.2. No caso da prestação do serviço por contrato, o escopo da revisão periódica ficará restrito ao nele estabelecido.

...

6.3.2. Revisão extraordinária

6.3.2.1. A revisão extraordinária objetiva a **recomposição das condições de prestação dos serviços sempre que comprovado**:

I) **desequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, no caso de o serviço ter sua prestação delegada por contrato de concessão;

II) **risco à SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA** da prestação dos serviços, em caso de prestação por órgão ou entidade da Administração Pública.

...

Manual e curso da NR N° 1/ANA/2021

Manual Orientativo

- **Endereço de acesso:** <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/manual-orientativo-sobre-a-norma-de-referencia-no-1.pdf>

Curso da ENAP – Implementação da Cobrança

- **Endereço de acesso:** <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/896/>



Cobrança pela Prestação do Serviço Público de manejo de RSU

Este curso aborda o conteúdo do Manual Orientativo Sobre a Norma de Referência N° 1/ANA/2021, que dispõe sobre as regras de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.



Curso Aberto

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Roteiro de Implementação da Cobrança (Manual - seção 4)



Comprovação de Adoção da NR 1 – IN 1

Instrução Normativa 1, de 17 de maio de 2023 (alterada pela IN Nº 2, de 07/08/2023)

*Art. 1º Esta instrução normativa dispõe sobre os **requisitos e procedimentos** a serem observados pela ANA para a **comprovação da adoção** da Norma de Referência (NR) nº 1/ANA/2021, ...*

*Parágrafo único. A adoção da NR nº 1/ANA/2021 e a continuidade de sua observância são condições para a viabilização de **acesso aos recursos públicos federais** e a contratação de financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou por entidades da Administração Pública Federal nos termos do art. 4º-B, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e do Art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.*

Art. 2º A comprovação da adoção da NR nº 1/ANA/2021 será realizada pela Entidade Reguladora Infranacional (ERI) cadastrada junto a ANA, mediante o encaminhamento de informações e documentos, segundo os requisitos e procedimentos estabelecidos neste ato normativo.

*Parágrafo único. **Até a publicação da NR de Governança Regulatória**, o encaminhamento de informações para a comprovação da adoção de que trata no caput deste artigo **será realizado pelo titular do serviço**.*

Atendimento a NR N° 1/ANA/2021

PRORROGADO

PRAZO PARA COMPROVAÇÃO DO
**Atendimento à Norma de
Referência nº 1/2021/ANA**

Regime, estrutura e parâmetros da cobrança
pela prestação do Serviço Público de Manejo
de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

20 SETEMBRO

 **ACessar AQUI**



Problemas: Ataque cibernético a ANA (ago/set).
Haverá novo prazo em 2024 – aguardar!

Regulação e normas de referência de RSU

Agenda Regulatória da ANA (2024-2025)

- NR das condições gerais da prestação dos SMRSU e SLU – mar/2024; e
- NR de indicadores e padrões de qualidade para a prestação dos SMRSU e SLU – 2025.

Temas que poderão compor outras agendas

- Metas de universalização dos SMRSU e SLU;
- Regulação tarifária do SMRSU; e
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços.

Norma de Referência N° 7/2024



RESOLUÇÃO ANA Nº 187, DE 19 DE MARÇO DE 2024
Documento nº 02500.014794/2024-69

Aprova a Norma de Referência nº 7/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 140, inciso XVII, do Regimento Interno da ANA, aprovado pela Resolução ANA nº 136/2022, de 7 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2022, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 903ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de março de 2023, tendo em vista o disposto no art. 4-A, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base nos elementos constantes do processo nº 02501.001067/2022-60, e

Considerando que compete à ANA instituir normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

Considerando que, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.445, de 2007, são objetivos da regulação, entre outros, estabelecer padrões e normas para a prestação adequada e expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA; e

Considerando os resultados da Consulta Pública nº 001/2023 e da Audiência Pública nº 001/2023, que colheram subsídios para elaboração desta Resolução;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma de Referência ANA nº 7/2024, anexo desta Resolução, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Art. 2º Esta Norma de Referência será aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2025.

Art. 3º Esta Norma de Referência entrará em vigor em 1º de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
ANA CAROLINA ARGOLLO

Resolução ANA nº 187, de 19 de março de 2024.

Aprovou a Norma de Referência N° 7/2024, que dispõe sobre que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Art. 2º Esta Norma de Referência será aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2025.

Art. 3º Esta Norma de Referência entrará em vigor em 1º de abril de 2024. [grifos nossos]

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 56, quinta-feira, 21 de março de 2024

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

PORTARIA Nº 876, DE 19 DE MARÇO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, designado pela Portaria nº 1854, publicada no Diário Oficial da União de 1º de março de 2023, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por delegação de competência, por força da Portaria nº 1.738, de 19/05/2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2023 - Seção 01, e ainda, o que consta do Processo nº 59100.000280/2015-65, resolve:

Art. 1º Apostilar a Portaria nº 035/2016 (0138711), para efeito de controle financeiro-orçamentário, na forma prevista no art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 27 do Decreto nº 93.872/86, aditando-se ao Art. 4º a seguinte redação:

I - As despesas da Portaria nº 035/2016, que aprovou o Termo de Compromisso nº 72/2015, ocorrerão também à conta de dotação alocada no Orçamento Geral do CONCEDENTE, no Programa de Trabalho 18.544.2321.5900.0020, Natureza de Despesa 44.30.42, Fonte 10000, objeto da Nota de Empenho nº 2024NE000003, de 07/03/2024, no valor de R\$ 9.423.437,80 (nove milhões quatrocentos e vinte e três mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos do Termo de Compromisso, não alterados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 187, DE 19 DE MARÇO DE 2024

Aprova a Norma de Referência nº 7/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 140, inciso XVII, do Regimento Interno da ANA, aprovado pela Resolução ANA nº 136/2022, de 7 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2022, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 903ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de março de 2023, tendo em vista o disposto no art. 4-A, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com base nos elementos constantes do

XI - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos ambientalmente adequados, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

XII - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XIII - instrumento de cobrança: taxa ou tarifa para remunerar a prestação do SMRSU, estruturada de forma a arrecadar o valor da receita requerida;

XIV - local de disposição irregular: ponto de descarte irregular e sem controle de resíduos sólidos, também denominado de ponto vilado;

XV - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XVI - ponto de coleta: local definido pelo titular ou prestador de serviço, onde os resíduos sólidos urbanos devem ser depositados pelos usuários para coleta;

XVII - ponto de entrega voluntária - PEV: consiste em estrutura fixa ou itinerante instalada em local adequado para a entrega voluntária de produtos, embalagens e resíduos específicos, incluídos os pertencentes aos sistemas de logística reversa, onde são feitos o seu acondicionamento e armazenagem temporária com a finalidade de consolidar cargas de resíduos e viabilizar sua destinação;

XVIII - receita requerida: receita necessária para remunerar os custos incorridos na prestação do SMRSU e o capital investido de forma prudente pelo prestador de serviço. Deve também incluir as despesas com os tributos cabíveis, remuneração da EPI e contratação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, quando for o caso;

XIX - regulação dos serviços: todo e qualquer ato que discipline ou organize os serviços públicos de limpeza urbana (SLU) e de manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU), incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, e fixação e revisão do valor de tarifas e de outros preços públicos, no caso de SMRSU;

XX - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade além da sua disposição final ambientalmente adequada;

XXI - resíduos de grandes geradores: resíduos sólidos de atividades comerciais, industriais e de serviços que não foram equiparados a resíduos domésticos, bem como os resíduos domésticos em quantidade superior àquela estabelecida em norma do titular para caracterização do SMRSU, cuja responsabilidade é de seus geradores;

XXII - resíduos domésticos: são os resíduos sólidos originários de atividades domésticas em residências urbanas e rurais;

XXIII - resíduos recicláveis: são os resíduos sólidos da natureza animal e vegetal



#AÁguaÉUmaSó

Estrutura da NR N° 7/2024

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DO OBJETO E DA APLICAÇÃO

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

TÍTULO II - DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I - DO SERVIÇO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (SMRSU)

CAPÍTULO II - DO SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA URBANA (SLU)

CAPÍTULO III - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO IV - DA INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO V - DO PLANO OPERACIONAL

CAPÍTULO VI - DO MANUAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

CAPÍTULO VII - DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

CAPÍTULO VIII - DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO IX - DAS COOPERATIVAS E OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES

CAPÍTULO X - LOGÍSTICA REVERSA

TÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES

CAPÍTULO I - DOS USUÁRIOS

CAPÍTULO II - DO TITULAR

CAPÍTULO III - DO PRESTADOR DE SERVIÇO

CAPÍTULO IV - DA ENTIDADE REGULADORA INFRANACIONAL

CAPÍTULO V - DO CONTROLE SOCIAL

TÍTULO IV - COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA E ADOÇÃO DA NORMA

CAPÍTULO I - DOS REQUISITOS

CAPÍTULO II - DA COMPROVAÇÃO

CAPÍTULO III - DOS PRAZOS

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

CAPÍTULO IX – DAS COOPERATIVAS E OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES

*Art. 90. As **cooperativas** e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que realizarem atividades integrantes da prestação do SLU e do SMRSU **deverão observar** às condições de prestação de serviço estabelecidas nos atos normativos da ERI e no plano operacional.*

*Art. 91. O **plano operacional**, para as atividades de coleta seletiva e de triagem, para fins de reutilização ou reciclagem, **priorizará** a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda, **com vistas**:*

I - à formalização da contratação;

II - ao empreendedorismo;

III - à inclusão social;

IV - à emancipação econômica; e

V - aos investimentos em infraestrutura e capacitação nestas organizações.

[Grifos nossos]

Coordenação de Regulação de Resíduos Sólidos

Paulo Henrique Monteiro Daroz – Coordenador

Zilda Maria Faria Veloso

Contato:

cores@ana.gov.br



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Obrigado!
até a próxima.